



Crescimento Urbano das Metr  poles Brasileiras (2000-2022)

Urban Growth in the Brazilian Metropolis (2000-2022)

Crecimiento urbano en las metrópolis brasile  as (2000-2022)

*Alexandre Augusto Bezerra da Cunha Castro. Doutor. UNIFIP.
alexandrecaastro@fiponline.edu.br. <https://orcid.org/0000-0001-7407-9362>*

*Ana Raquel Queiroz dos Santos. Ana Raquel Queiroz dos Santos. UNIFIP.
anasantos1@arq.fiponline.edu.br. <https://orcid.org/0009-0009-2709-0484>*

*Krisliane Kellen Lima Silveira. Arquiteta e Urbanista. UNIFIP.
krislianelima@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0004-0208-417X>*

*Maria Eduarda de Figueiredo Irineu. Arquiteta e Urbanista. UNIFIP.
eduardaf_12@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-3779-513X>*

*Jayama Kevely Santos Bernardino. Arquiteta e Urbanista. UNIFIP.
jayamaksantos@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0003-5987-890X>*

Autor correspondente: Alexandre Augusto Bezerra da Cunha Castro.
alexandrecaastro@fiponline.edu.br

DOI: 10.61223/coopex.v16i1.6549

Submetido: 04/04/2025

Aprovado: 06/06/2025

Resumo

Este estudo teve como objetivo investigar o crescimento da área construída das metrópoles brasileiras entre 2000 e 2022, identificando padrões regionais de expansão e a relação com o crescimento populacional. A pesquisa abrangeu as 15 metrópoles brasileiras, conforme classificação do IBGE, utilizando dados do MapBiomas e do Censo Demográfico. A metodologia envolveu a modelagem espacial das manchas urbanas com o QGIS, quantificação das áreas construídas e análise comparativa com os dados populacionais. Os achados indicaram expansão territorial em todas as metrópoles, com variações regionais significativas. O Norte e Nordeste apresentaram crescimento expressivo, geralmente associado à expansão periférica desordenada. No Sudeste e Sul, observou-se desaceleração, com indícios de adensamento e contenção espacial. No Centro-Oeste, Goiânia e Brasília destacaram-se pela forte expansão e processos de conurbação. A pesquisa contribui para o entendimento das dinâmicas urbanas brasileiras contemporâneas, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam gestão territorial sustentável e enfrentem as desigualdades socioespaciais.

Palavras-Chave: Expansão Urbana. Crescimento Urbano. Metrópoles. MapBiomas.

Abstract

This study aimed to investigate the growth of built-up areas in Brazilian metropolises between 2000 and 2022, identifying regional expansion patterns and their relationship with population growth. The research covered 15 Brazilian metropolises, as classified by IBGE, using data from MapBiomas and the Demographic Census. The methodology involved spatial modeling of urban areas using QGIS, quantifying built-up areas, and comparing them with population data. Findings indicated territorial expansion in all metropolises, with significant regional variations. The North and Northeast showed substantial growth, often linked to unplanned peripheral expansion. In the Southeast and South, growth decelerated, with signs of densification and spatial containment. In the Midwest, Goiânia and Brasília stood out for strong expansion and conurbation processes. The research contributes to understanding contemporary Brazilian urban dynamics, highlighting the need for public policies that promote sustainable territorial management and address socio-spatial inequalities.

Keywords: Urban Expansion. Urban Growth. Metropolises. MapBiomas.

Resumen

Este estudio tuvo como objetivo investigar el crecimiento del área construida en las metrópolis brasileñas entre 2000 y 2022, identificando patrones regionales y su relación con el crecimiento poblacional. Se analizaron las 15 metrópolis definidas por el IBGE, usando datos de MapBiomas y del Censo Demográfico. La metodología incluyó modelado espacial en QGIS, cuantificación de áreas construidas y análisis comparativo con datos poblacionales. Todas las metrópolis presentaron expansión, con marcadas diferencias regionales. Norte y Nordeste mostraron un crecimiento acelerado y desordenado. Sudeste y Sur registraron desaceleración, con señales de densificación. Goiânia y Brasília se destacaron en el Centro-Oeste por su expansión y conurbación. El estudio resalta la necesidad de políticas públicas para una gestión territorial sostenible y equitativa.

Palabras clave: Expansión urbana. Crecimiento Urbano. Metrópolis. MapBiomas.

Introdução

O Brasil passou por intenso processo de urbanização na segunda metade do século XX. Em 1940, apenas 26,3% da população vivia em áreas urbanas, totalizando 18,8 milhões de pessoas. Em 2000, esse número subiu para 138 milhões, ou 81,2% da população total. Em 60 anos, os centros urbanos cresceram para abrigar mais de 125 milhões de novos habitantes (MARICATO, 2000).

No início do século XXI, 40% da população brasileira vivia em metrópoles, evidenciando sua relevância demográfica. A urbanização recente varia conforme a região, influenciando a expansão urbana. Neste contexto, as migrações têm papel central nesse processo. As antigas regiões metropolitanas ainda concentram a maior parte da população urbana e se diferenciam dos novos aglomerados metropolitanos e não metropolitanos (BRITO, 2006; BAENINGER; PERES, 2012).

Enquanto metrópoles do hemisfério sul seguem crescendo demograficamente, muitas cidades globais enfrentam encolhimento relativo. Destacam-se duas condições: a urbanização acelerada em países em desruralização e a concentração de capital e recursos voltados ao bem-estar social. Essas dinâmicas ocorrem de forma desigual e revelam contrastes entre expansão populacional e desenvolvimento material. Tais processos evidenciam as assimetrias da urbanização global (RIBEIRO; AZEVEDO; RODRIGUES, 2024).

As metrópoles, no contexto do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), foram concebidas como pólos estratégicos para o crescimento nacional. Receberam investimentos que qualificaram seus espaços econômicos, favorecendo a atração de novos aportes. O objetivo era ampliar e diversificar os recursos locais. Esse processo integrou um projeto de modernização e exploração intensiva dos recursos. Trata-se de uma visão alinhada ao ideário desenvolvimentista (COSTA, 2024).

No contexto da globalização, as metrópoles passaram por diversas transformações em sua dinâmica espacial. Uma dessas mudanças está relacionada à expansão do espaço metropolitano. Entre os principais fatores que impulsionam esse fenômeno, destacam-se a reestruturação produtiva, a desconcentração industrial, o aumento da especulação imobiliária e

o surgimento de novas formas de ocupação em áreas rurais, tanto dentro quanto além dos limites metropolitanos (ROCHA, 2021).

Pesquisas recentes investigaram como determinados aspectos influenciaram no crescimento urbano de metrópoles, a exemplo de população, renda, produto interno bruto, densidade demográfica, (IMA *et al.*, 2021; CASTRO; SILVEIRA; SANTOS, 2025), enquanto outros analisaram o crescimento urbano de metrópoles como Recife (MACIEL, 2022; PAULO, 2024, COELHO; QUEIROGA; REIS, 2022; PROENÇA, 2023; MESQUITA, 2023). No entanto, há a carência de um estudo comparativo do crescimento da mancha urbana, que possa indicar os padrões de distensão da malha.

Assim, este trabalho investiga em que medida as metrópoles têm se expandido espacialmente nas últimas décadas. Questiona-se também a existência de padrões regionais de expansão urbana. Busca-se compreender se há congruência entre crescimento territorial e demográfico. Trata-se, portanto, de uma análise comparativa das dinâmicas metropolitanas. Portanto, este trabalho visa investigar o crescimento da mancha urbana das metrópoles brasileiras entre os anos de 2000 e 2022.

Referencial Teórico

O termo "metrópole" vem da Grécia Antiga e significava "cidade-mãe". Refere-se a uma área urbana que influencia fortemente seu entorno. Possui grande complexidade funcional e tamanho físico destacado. Desempenha papel central na rede urbana e no contexto regional. No latim, também indica a capital ou principal cidade de uma região (FREITAS, 2010).

Metrópoles são centros urbanos que exercem influência direta sobre todas as cidades do país, podendo essa influência vir de uma ou mais metrópoles ao mesmo tempo. A área de abrangência dessas centralidades é ampla, cobrindo todo o território nacional, com algumas regiões de sobreposição. No total, o Brasil conta com 15 metrópoles, classificadas em três níveis: Grande Metrópole Nacional, Metrópole Nacional e Metrópole (IBGE, 2020).

Importante frisar que o conceito de metrópole difere de “Região Metropolitana”, que para o IBGE (2023) é uma região formalmente instituída por meio de legislação estadual,

composta por um conjunto de municípios limítrofes, com a finalidade de promover a integração na organização, no planejamento e na execução de funções públicas de interesse comum.

Do mesmo modo, ainda considerando a formação de metrópoles, muitas derivam-se de arranjos populacionais. Segundo o IBGE (2016), um arranjo populacional é a união de municípios com forte integração entre suas populações. Essa integração ocorre por deslocamentos diários para trabalho, estudo ou pela proximidade urbana. Os vínculos surgem de fatores como o crescimento urbano, emancipação municipal ou instalação de indústrias, e tais interações refletem processos históricos e dinâmicas regionais.

Com perímetros urbanos mal planejados, as cidades se expandem de maneira desordenada, fenômeno conhecido como *urban sprawl* ou espraiamento urbano. Esse processo gera extensas áreas centrais infraestruturadas, porém subutilizadas, mantidas ociosas por proprietários que buscam valorização imobiliária. Como resultado, ocorre a segregação urbana, impulsionada pelos interesses das classes de alta renda, que, ao influenciar o setor imobiliário, determinam a localização de suas residências (BRITO; BARREIRA; KNEIB, 2021).

A significativa concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras tem como expressão um espaço *dual*: de um lado, a *cidade formal*, que concentra os investimentos públicos e, de outro, o seu contraponto absoluto: a cidade *informal* (GROSTEIN, 2001). É nesta perspectiva que o urbanismo extensivo de Monter-Mór (2006) é reverberado, onde os limites dos municípios são ultrapassados pelos processos de produção urbano-industrial, subordinando o campo e impondo suas relações socioespaciais como dominantes.

O processo de urbanização no Brasil é relativamente recente em comparação a outros contextos globais. A partir do final da década de 1920, com a ascensão de uma nova elite ao poder, iniciaram-se transformações estruturais impulsionadas pela industrialização e pelo crescimento urbano acelerado (MATOS, 2012). Em 1950, a maioria dos domicílios (62,8%) e da população (78,5%) ainda era rural, com predominância de ocupações no setor agropecuário (57,81%). Contudo, nas décadas seguintes, ocorreu uma rápida urbanização. Em 1980, o Brasil já integrava o grupo das dez maiores economias industriais do mundo, refletindo profundas mudanças sociais e econômicas (FARIA, 2008).

Entre 1960 e 1980, o Brasil passou por uma nova fase de urbanização, impulsionada pelo avanço urbano-industrial. A sindicalização da classe operária indicava transformações sociais e políticas relevantes. O esgotamento das fronteiras agrícolas redirecionou os fluxos migratórios para as cidades. Isso intensificou a concentração populacional nos grandes centros urbanos. Como resultado, surgiram novas configurações metropolitanas (MATOS, 2012).

Entre 1940 e 1980, ocorreu uma inversão significativa no local de residência da população brasileira. Em 1940, a taxa de urbanização era de 26,35%, enquanto em 1980 atingiu 68,86%. Durante esse período de quarenta anos, a população total do país triplicou, enquanto a população urbana aumentou sete vezes e meia (SANTOS, 2013). Esse crescimento acelerado fez com que as cidades se desenvolvessem sem um planejamento urbano adequado, resultando em diversos problemas sociais e de infraestrutura.

Entre 1980 e 2000, iniciou-se a desconcentração demográfica no Brasil. São Paulo e Rio de Janeiro reduziram sua participação populacional nas 12 maiores áreas urbanas de 59,1% para 52,2%. Cidades como Manaus, Goiânia e Brasília cresceram, fortalecendo a interiorização da rede urbana. A urbanização passou a envolver maior articulação entre cidades e expansão para o interior. Como resultado, o número de municípios com mais de 250 mil habitantes subiu de 18 para 47 (MATOS, 2012).

Método

O estudo de caso da presente pesquisa é delimitado pelas 15 metrópoles brasileiras (Figura 1), assim classificadas pelo REGIC - Regiões de Influência das cidades (IBGE, 2020). Estas metrópoles são, em sua grande maioria, formadas por arranjos populacionais, entende-se aqui como sendo, de acordo com o IBGE (2016) o conjunto de dois ou mais municípios que possuem forte integração, seja por fluxos diários de trabalho e estudo, seja pela proximidade entre suas principais áreas urbanizadas.

Figura 1. Localização dos Estudos de Caso.



Fonte: Os autores.

Foi realizada a modelagem da área urbana dos estudos de caso, a partir dos dados do MapBiomas, projeto colaborativo para o mapeamento do uso e cobertura da terra no Brasil, com dados iniciais de 1985 (SOUZA JR; AZEVEDO, 2017; ROSA; SHIMBO; AZEVEDO, 2019). Foram filtrados os dados de área construída dos anos de 2000, 2010 e 2022, uma vez que também são as datas que ocorreram o Censo Demográfico, o que permite comparar o crescimento territorial com o populacional.

Os dados filtrados foram tratados no QGIS 3.34.14, fazendo a espacialização da mancha urbana no período indicado, bem como a quantificação da área construída, em km², para cada

uma das datas, o que permitiu uma comparação tanto qualitativa como quantitativa do crescimento urbano dos estudos de caso. Por fim, os valores quantitativos da área construída das metrópoles foram comparados com os dados de população no mesmo período, com o intuito de aferir se a taxa de urbanização é superior ou inferior ao acréscimo populacional.

Achados e Discussão

A Tabela 1 apresenta dados sobre a evolução da área construída nos arranjos populacionais das metrópoles da Região Norte do Brasil entre os anos de 2000 e 2022. Observa-se que Belém registrou um aumento da área construída de 20.341 ha em 2000 para 24.182 ha em 2022, o que representa um crescimento acumulado de 18,88%. No mesmo período, Manaus teve um crescimento de 15,73%, passando de 22.307 ha para 25.816 ha. Esses dados indicam uma tendência contínua de urbanização, ainda que em ritmos distintos, com Belém apresentando uma taxa de crescimento ligeiramente superior à de Manaus ao longo das últimas duas décadas.

Ao analisar os intervalos decenais, nota-se que o maior crescimento percentual da área construída ocorreu entre 2000 e 2010, especialmente em Belém (9,92%) em comparação com Manaus (8,16%). Entretanto, entre 2010 e 2022, houve uma desaceleração no ritmo de expansão urbana em ambas as cidades, com Belém crescendo 8,15% e Manaus 7,00%. Essa redução pode refletir fatores como restrições geográficas, mudanças nas políticas urbanas ou uma possível saturação das áreas urbanizáveis.

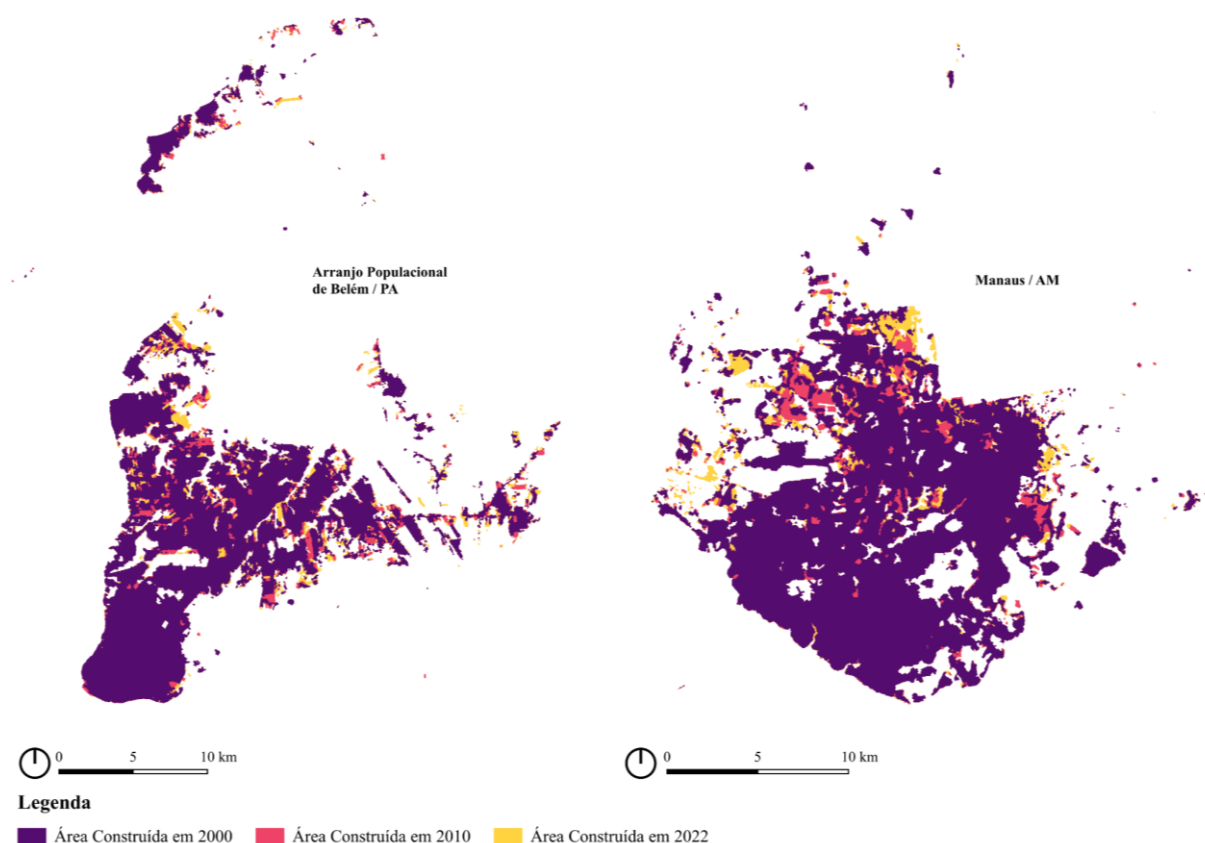
Tabela 1. Área Construída dos Arranjos Populacionais da Região Norte (2000-2022).

Arranjo Populacional	Área Construída (ha)			Crescimento da Área Construída (%)		
	2000	2010	2022	2000-2010	2010-2022	2000-2022
Belém	20.341	22.359	24.182	9,92	8,15	18,88
Manaus	22.307	24.128	25.816	8,16	7,00	15,73

Fonte: Os autores.

A Figura 2 mostra a expansão das áreas construídas em Belém e Manaus entre 2000 e 2022. Em Belém, o crescimento urbano ocorre de forma fragmentada e descontínua. Essa distribuição pode estar associada a ocupações irregulares ou barreiras naturais. Já em Manaus, a expansão é mais concentrada e contínua ao redor do núcleo urbano. A configuração da área construída em 2022 forma um anel em torno da mancha de 2000. Isso indica uma maior homogeneidade no processo de urbanização da capital amazonense. As diferenças entre as cidades refletem fatores como políticas urbanas e condições ambientais.

Figura 2. Expansão Urbana dos Arranjos Populacionais da Região Norte (2000-2022).



Fonte: Os autores.

A Tabela 2 evidencia o montante expressivo nas áreas construídas das metrópoles nordestinas e suas particularidades, entre os anos 2000 e 2022. Em Fortaleza, o fomento de seu arranjo populacional apresenta o perfil progressista, indo de 42.405 ha para 52.302 ha no período citado. De mesmo modo, Recife alcança uma porcentagem de 49,02%, sendo a maior

entre as três, com uma área de 25.817 ha (2000) para 38.400 ha (2022). Em Salvador, acumula-se o crescimento percentual de 41,25%, tendo o acréscimo de 11.031 km² em sua área construída ao final dos 22 anos.

Contudo, observa-se que cada metrópole nordestina apresenta um processo de urbanização distinto ao longo dos anos. Fortaleza, apesar da menor variação geral, mostra crescimento acelerado e contínuo, com saltos de 6,16% (2000–2010) e 9,21% (2010–2022). Recife mantém um ritmo mais estável, com crescimentos semelhantes entre os períodos: 20,90% e 23,26%. Já Salvador apresenta desaceleração, com 22,91% na primeira década e queda de quase 8% na seguinte. Esse declínio pode indicar saturação ou efeitos de legislações urbanas recentes, especialmente quando comparado ao papel histórico de Recife e Salvador no Brasil colonial.

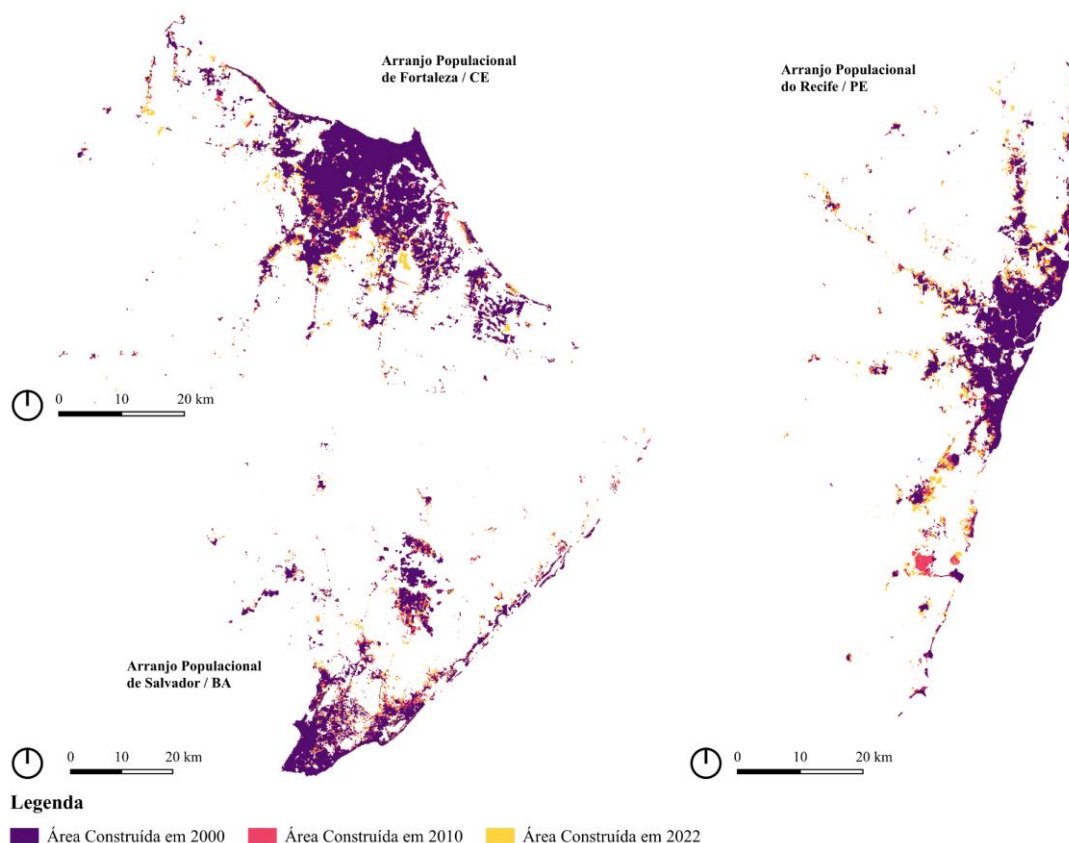
Tabela 2. Área Construída dos Arranjos Populacionais da Região Nordeste (2000-2022).

Arranjo Populacional	Área Construída (ha)			Crescimento da Área Construída (%)		
	2000	2010	2022	2000 - 2010	2010 - 2022	2000 - 2022
Fortaleza	42.406	45.826	52.342	8,06	14,22	23,43
Recife	25.817	31.212	38.473	20,90	23,26	49,02
Salvador	26.742	32.869	37.773	22,91	14,92	41,25

Fonte: Os autores.

Observa-se na Figura 3, em Fortaleza o incremento foi realizado de maneira contínua, iniciada nas áreas periféricas, se aproximando aos poucos da zona central. Esse tipo de configuração sugere a superlotação do seu núcleo urbano, levando ao processo de conurbação, ou barreiras legislativas e financeiras. Ao contrário de Recife, onde o adensamento parte do centro urbano - já saturado -, e se dispersa ao longo da malha.

Figura 3. Expansão Urbana dos Arranjos Populacionais da Região Nordeste (2000-2022).



Fonte: Os autores.

Na Tabela 3, observa-se expressivo crescimento da área construída por hectare nas metrópoles do Centro-Oeste, especialmente Brasília e Goiânia. Entre 2000 e 2022, Brasília expandiu sua área urbana em 31,51%, de 70.896 ha para 93.238 ha. Goiânia apresentou crescimento ainda mais acentuado, de 49,39%, passando de 40.420 ha para 60.382 ha. Esse avanço indica uma ocupação contínua nas duas cidades, com expansão territorial constante ao longo das décadas. Contudo, esse crescimento foi marcado por dispersão urbana, ocupação periférica desordenada e conurbação com municípios vizinhos.

Tabela 3. Área Construída dos Arranjos Populacionais da Região Centro-Oeste (2000-2022).

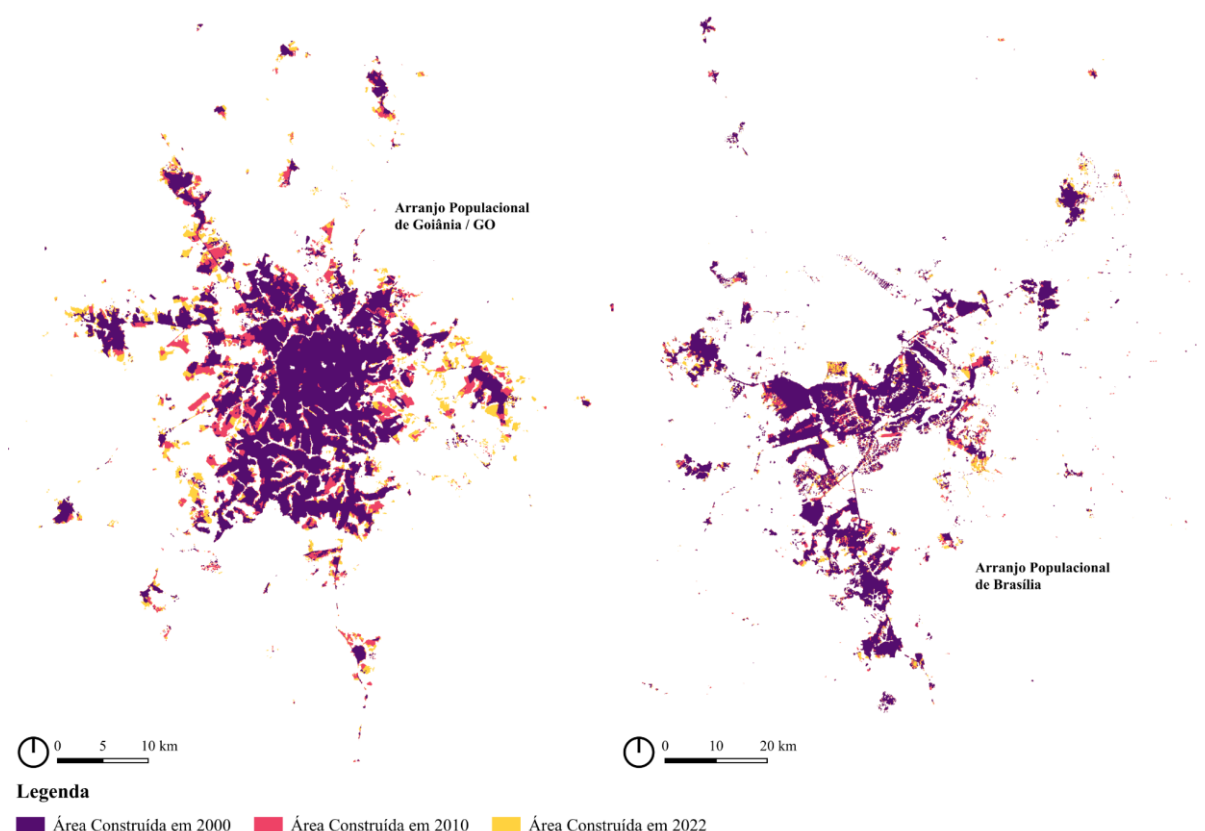
Arranjo Populacional	Área Construída (km ²)			Crescimento da Área Construída (%)		
	2000	2010	2022	2000 - 2010	2010 - 2022	2000 - 2022

Brasília	70.896	83.701	93.238	18,06	11,39	31,51
Goiânia	40.420	51.912	60.382	28,43	16,32	49,39

Fonte: Os autores.

A Figura 4 ilustra a evolução da área construída nos Arranjos Populacionais de Goiânia (GO) e Brasília (DF), em 2000, 2010 e 2022, com cores distintas. Goiânia apresenta um núcleo consolidado desde 2000, com expansão periférica contínua, sobretudo para oeste, sul e sudeste. Brasília, por sua vez, evidencia um padrão urbano fragmentado, característico de seu modelo de cidades-satélites. A expansão recente ocorre principalmente nas bordas, indicando processos de conurbação. A cartografia revela a intensa dinâmica de crescimento urbano nas duas metrópoles. Assim, destaca-se a importância do planejamento territorial e da gestão sustentável diante da expansão acelerada das áreas construídas.

Figura 4. Expansão Urbana dos Arranjos Populacionais da Região Centro-Oeste (2000-2022).



Fonte: Os autores.

Na Tabela 4, apresenta a evolução da área construída nas metrópoles do Sudeste por km², entre os anos de 2000 e 2022, permitindo analisar a dinâmica de crescimento urbano ao longo das duas décadas. As demais metrópoles apresentam um processo de desaceleração do crescimento urbano. Observa-se que Belo Horizonte apresentou crescimento de 28,89%, de 64.520 ha para 84.321 ha. Campinas, apresentou crescimento com maior percentual em 30,43%, de 36.039 ha para 47.007 ha. Rio de Janeiro apresentou crescimento ainda mais acentuado, de 18,77%, passando de 119.666 ha para 142.123 ha. São Paulo apresentou um crescimento mais avançado de 13,31%, de 170.561 km² para 193.263 km².

Apesar de serem duas metrópoles (Rio de Janeiro e São Paulo) bastante consolidadas, mantém expansão significativa, mostrando que seu crescimento não cessou, mas talvez esteja ocorrendo de forma mais difusa. Vitória apresentou com menor crescimento percentual em 12,21%, de 26.517 ha para 29.754 ha. Esse avanço nas áreas construídas indica que, apesar de uma tendência de desaceleração no crescimento urbano no Brasil, as metrópoles do Sudeste continuam sendo polos de atração e expansão urbana.

Em contrapartida, as demais metrópoles, Campinas, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória apresentaram uma desaceleração no ritmo de crescimento urbano, com taxas de expansão menores na última década em comparação à anterior, com exceção de Belo Horizonte.

Tabela 4. Área Construída dos Arranjos Populacionais da Região Sudeste (2000-2022).

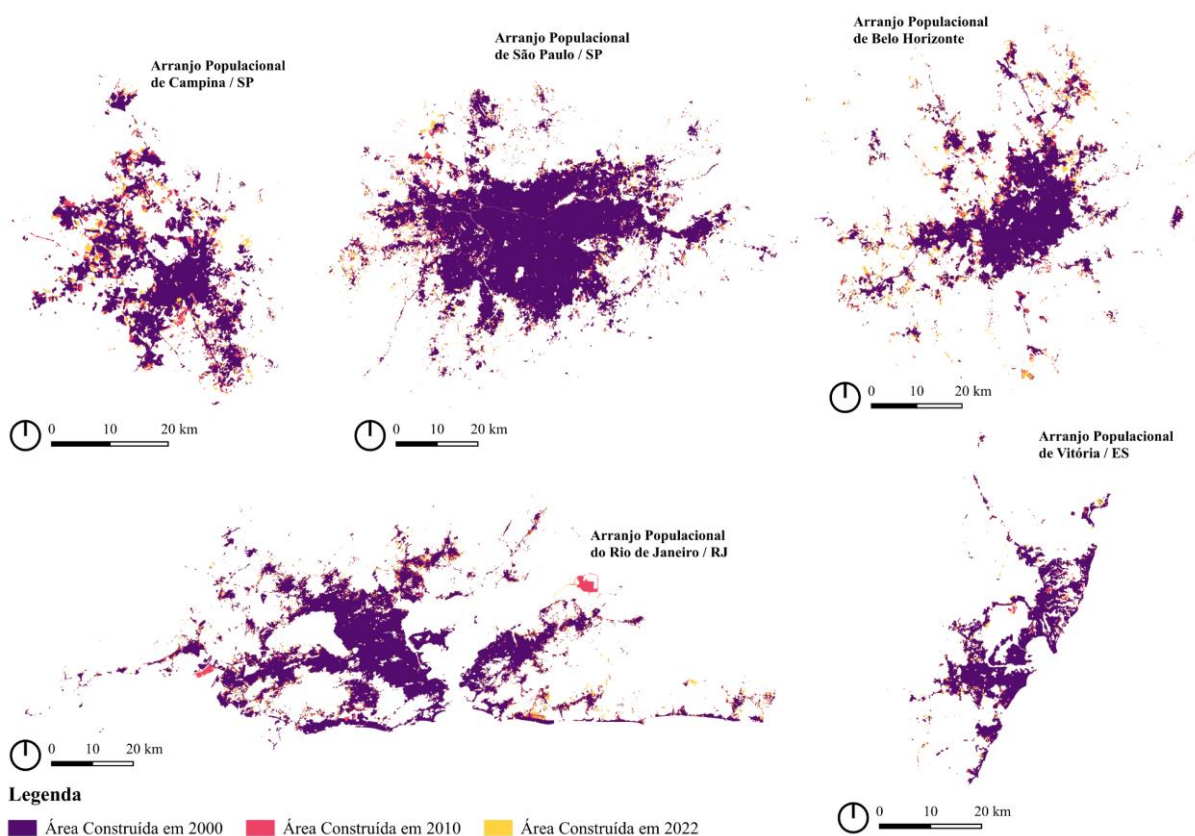
Arranjo Populacional	Área Construída (km ²)			Crescimento da Área Construída (%)		
	2000	2010	2022	2000 - 2010	2010 - 2022	2000 - 2022
Belo Horizonte	65.420	73.695	84.321	12,65	14,42	28,89
Campinas	36.039	42.616	47.007	18,25	10,30	30,43
Rio de Janeiro	119.666	131.346	142.123	9,76	8,21	18,77
São Paulo	170.561	182.433	193.263	6,96	5,94	13,31
Vitória	26.517	28.106	29.754	5,99	5,86	12,21

Fonte: Os autores.

A expansão da área construída nas metrópoles do Sudeste entre 2000 e 2022 ocorreu, principalmente, nas regiões periféricas, evidenciando um crescimento urbano fragmentado.

Embora os centros urbanos permaneçam densamente ocupados, o crescimento periférico indica a necessidade de políticas de planejamento territorial integradas, que contemplem mobilidade, habitação e sustentabilidade, a fim de evitar a fragmentação e a desigualdade no espaço urbano.

Figura 5. Expansão Urbana dos Arranjos Populacionais da Região Sudeste (2000-2022).



Fonte: Os autores.

Na tabela 5, nota-se o crescimento em área construída em km² sendo crescente nas três metrópoles sulistas. No período entre os anos 2000 e 2022, a cidade de Curitiba cresceu 22,41% na sua territorialização, passando de 53.340 ha para 65.296 ha, respectivamente. Em Porto Alegre, esse aumento foi de 27,33% entre os anos acima, marcado por uma área de 51.358 ha nos anos 2000 para 65.395 ha em 2022. Por fim, entre as cidades analisadas, a metrópole que mais cresceu entre as duas décadas foi Florianópolis, com um crescimento acentuado de 37,18%, onde sua ocupação passou de 16.997 ha para 23.316 ha. Apesar da análise crescente,

esse aumento não é considerado contínuo. Entre os anos de 2010 e 2022, as cidades acima sofreram uma desaceleração no crescimento urbano, que pode ter como decorrência a verticalização dos espaços ou limitação geográfica, entre outros motivos.

Tabela 5. Área Construída dos Arranjos Populacionais da Região Sul (2000-2022).

Arranjo Populacional	Área Construída (km²)			Variação da Área Construída (%)		
	2000	2010	2022	2000 - 2010	2010 - 2022	2000 - 2022
Curitiba	53.340	60.081	65.296	12,64	8,68	22,41
Florianópolis	16.997	20.382	23.316	19,92	14,40	37,18
Porto Alegre	51.358	59.478	65.395	15,81	9,95	27,33

Fonte: Os autores.

O relevo da região Sul é marcado por desnivelamentos e pela presença de cursos d'água, sendo na maior parte rios, lagos e até mesmo o mar. Essa limitação geográfica acaba impedindo o crescimento das cidades para uma área urbana específica. A cidade de Florianópolis, o crescimento parte para o interior do Estado, fazendo com que a expansão da grande metrópole tenha a junção com outros municípios, como São José - SC, Biguaçu - SC e Palhoça - SC.

O mesmo fenômeno que ocorre em Florianópolis é notado na cidade de Porto Alegre, onde o seu crescimento é dado pela ligação com as cidades circunvizinhas, tornando a sua expansão territorial bem maior e propiciando a conurbação entre as cidades. Já em Curitiba, o crescimento é visto nas áreas periféricas da cidade, dando ênfase ao crescimento na região sul da metrópole. Esse arranjo pode ser influenciado pela planificação do território nesse local, já que o norte e o leste da cidade são marcados pela presença de relevos.

Figura 6. Expansão Urbana dos Arranjos Popacionais da Região Sudeste (2000-2022).



Fonte: Os autores.

A evolução da densidade populacional entre 2000 e 2022 nas principais cidades brasileiras revela tendências distintas no padrão de ocupação urbana (Tabela 6). Todas as metrópoles da Região Nordeste, com destaque para Recife (-32,68%) e Salvador (-25,97%), além de Porto Alegre (-11,55%) apresentaram quedas expressivas, sugerindo processos de espraiamento urbano e possível esvaziamento de áreas centrais. Essa redução pode estar relacionada à expansão desordenada para regiões periféricas, associada à valorização imobiliária nos centros ou à falta de políticas de adensamento. Outras cidades como Rio de Janeiro, Belém e Belo Horizonte também registraram retrações, ainda que mais moderadas. Esses movimentos indicam uma descentralização da ocupação urbana, que pode gerar desafios de mobilidade, infraestrutura e sustentabilidade.

Em contraste, cidades como Manaus (+16,92%), Florianópolis (+8,69%) e Vitória (+8,10%) apresentaram aumento da densidade, o que pode refletir crescimento populacional concentrado e políticas de uso do solo mais orientadas ao adensamento. Manaus, em particular,

destaca-se pelo expressivo acréscimo, possivelmente impulsionado por barreiras naturais à expansão horizontal e intenso crescimento demográfico. São Paulo e Curitiba também tiveram aumentos, ainda que discretos, indicando certo equilíbrio entre crescimento e estrutura urbana. Goiânia e Campinas mostraram estabilidade, sugerindo maturidade no processo de ocupação. Em síntese, o cenário revela diferentes trajetórias urbanas no país, com cidades enfrentando tanto dispersão quanto compactação populacional.

Tabela 6. Variação da Densidade Populacional das Metrôpoles Brasileiras (2000-2022).

Arranjo Populacional	Densidade Populacional (hab. ha.)			Variação (2000-2022)
	2000	2010	2022	
Belém	87,71	90,58	80,95	-6,76
Belo Horizonte	64,74	64,38	58,87	-5,87
Brasília	37,45	40,15	41,39	3,94
Campinas	43,89	43,99	44,53	0,64
Curitiba	49,85	50,83	51,80	1,95
Florianópolis	42,09	43,36	50,78	8,69
Fortaleza	66,80	72,60	65,43	-1,36
Goiânia	41,07	40,04	41,09	0,02
Manaus	63,02	74,69	79,94	16,92
Porto Alegre	67,82	62,23	56,26	-11,55
Recife	131,03	119,89	98,35	-32,68
Rio de Janeiro	91,48	90,96	82,75	-8,73
Salvador	113,88	105,96	87,91	-25,97
São Paulo	104,54	107,60	106,97	2,43
Vitória	50,92	56,30	59,02	8,10

Fonte: Os autores.

Considerações Finais

O principal objetivo deste trabalho foi investigar o crescimento da área construída nas metrópoles brasileiras entre os anos de 2000 e 2022, buscando identificar padrões regionais de expansão urbana e avaliar a relação entre o crescimento territorial e o demográfico. A análise revelou que, embora todas as metrópoles tenham apresentado expansão, os ritmos e as configurações espaciais variaram conforme as especificidades socioeconômicas, ambientais e institucionais de cada região. Assim, evidenciou-se a complexidade e a heterogeneidade das dinâmicas urbanas no Brasil contemporâneo.

Os achados da pesquisa indicaram que, enquanto as metrópoles do Norte e Nordeste apresentaram crescimento expressivo, muitas vezes associado à expansão periférica desordenada, no Sudeste e Sul observou-se uma desaceleração no ritmo de expansão, com indícios de processos de adensamento ou contenção territorial. No Centro-Oeste, destacaram-se Brasília e Goiânia, com forte expansão espacial, marcada por processos de conurbação e urbanização dispersa, o que reforça a necessidade de políticas regionais diferenciadas.

Este estudo contribui para o entendimento das dinâmicas urbanas brasileiras, ao oferecer uma análise comparativa e abrangente das transformações territoriais das metrópoles nas últimas duas décadas. Os dados ressaltam a urgência de políticas públicas integradas, que promovam a gestão sustentável do território e o enfrentamento dos desafios decorrentes da expansão urbana, como a mobilidade, a infraestrutura e a preservação ambiental, garantindo uma ocupação mais equilibrada e justa do espaço urbano.

Referências

BAENINGER, Rosana; PERES, Roberta Guimarães. Cenário do crescimento populacional das metrópoles brasileiras no século 21. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, n. 2, 2012.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos avançados**, v. 20, p. 221-236, 2006. DOI: [10.1590/S0103-40142006000200017](https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200017)

BRITO, L. C.; BARREIRA, C. C. M. A.; KNEIB, E. C. O Espraçamento Urbano e Produção Habitacional na Metrópole Goiânia. **Revista Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, v. 10, n. 3, p. 1-27, 2021.

CASTRO, A. A. B. C.; SILVEIRA, K. K. L.; SANTOS, A. R. Q. Evolução Demográfica das Metrópoles Brasileiras (2000-2022). **Revista Científica Integr@ção**, v. 6, n. 1, p. 791–805, 2025. Disponível em: <https://integracao.unifip.edu.br/index.php/integracao/article/view/133>. Acesso em: 26 mar. 2025.

COELHO, L. L.; QUEIROGA, E. F.; REIS, S. M. Processos de expansão urbana e as transformações da paisagem no Vetor Oeste da Região Metropolitana de Fortaleza. **Oculum Ensaios**, v. 19, p. 1-20, 2022. DOI: [10.24220/2318-0919v19e2022a5101](https://doi.org/10.24220/2318-0919v19e2022a5101)

COSTA, M. A. Pensar a Metrópole: Trajetórias, Transições e Controvérsias. In: COSTA, M. A (Org.). **50 Anos de Regiões Metropolitanas no Brasil e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano**: no cenário de adaptação das cidades às mudanças climáticas e à transição digital. Brasília: IPEA, 2024.

FARIA, V. **Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos**. In SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. Sociedade e política no Brasil pós-64 [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 182-244, 2008.

FREITAS, R. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Revista Hum@ nae**, v. 4, n. 1, 2010.

GROSTEIN, M. D. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis". **São Paulo em perspectiva**, v. 15, p. 13-19, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arranjos Populacionais e Concentrações Urbanas no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2025.

_____. **Atlas Geográfico Escolar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

MACIEL, S. J. **Expansão urbana em espaços metropolitanos: Uma proposta interpretativa do nível de integração territorial da Metrópole do Recife (Brasil)**. 2022. 321 f. Tese (Doutorado em Urbanismo). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2022.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em perspectiva**, v. 14, p. 21-33, 2000. DOI: [10.1590/S0102-88392000000400004](https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004)

MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. **Revista Geografias**, v. 8, n. 1, p. 7–23, 1 jun. 2012.

MESQUITA, J. J. F. **Urbanização amazônica via bioindústrias: o caso da metrópole Manaus e de cidades da calha do Solimões-Amazonas (Coari/AM e Parintins/AM)**. 2023. 77 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 09-18, 2006.

PAULO, L. D. **A evolução da estrutura espacial urbana de Brasília de 1975 a 2015**. 2024. 48 f. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2024.

PROENÇA, A. D. A. Fragmentação da morfologia peri-urbana de Curitiba/PR. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 11, n. 1, p. 1-11, 2023. DOI: [10.47235/rmu.v11i1.296](https://doi.org/10.47235/rmu.v11i1.296)

RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S.; RODRIGUES, J. M. As Metrópoles Brasileiras: A Incontornável Reforma Urbana. In: COSTA, M. A. (Org.). **50 Anos de Regiões Metropolitanas no Brasil e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano: no Cenário de Adaptação das Cidades às Mudanças Climáticas e à Transição Digital**. Brasília: IPEA, 2024. DOI: [10.38116/978-65-5635-068-4](https://doi.org/10.38116/978-65-5635-068-4)

ROCHA, A. C. L. O Fenômeno de Segunda Residência como um dos Indutores da Expansão Urbana das Metrópoles no Contexto de Globalização: Uma Análise sobre o Rio de Janeiro. **Geo UERJ**, n. 39, p. 1-22, 2021. DOI: [10.12957/geouerj.2021.39604](https://doi.org/10.12957/geouerj.2021.39604)

ROSA, M.; SHIMBO, J. Z.; AZEVEDO, T. MapBiomias - Mapeando as transformações do território brasileiro nas últimas três décadas. In: BARBOSA, L. M. **Desafios do processo frente à crise ambiental: VIII Simpósio de Restauração Ecológica**. São Paulo: Instituto de Botânica, 2019, p. 95-100.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013.

SILVA, R. R.; ESTEVES, R. J. Z.; SILVA, K. A. F. A expansão urbana das principais metrópoles brasileiras de 2000 a 2020. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 4, p. e4074, 2024. DOI: [10.55905/cuadv16n4-159](https://doi.org/10.55905/cuadv16n4-159).

SOUZA JR, C.; AZEVEDO, T. **MapBiomias General Handbook**. São Paulo: MapBiomias, 2017.